

O tema do funcionalismo público na atual legislatura

Leonardo Martins Barbosa e Debora Gershon

28/06/2021

A [proposta de emenda constitucional 32 \(PEC 32/20\)](#), conhecida como reforma administrativa, foi preparada no âmbito do Ministério da Economia e apresentada ao Congresso no segundo semestre de 2020. Trata-se de uma das reformas consideradas estruturais pela equipe de Paulo Guedes para uma suposta modernização do serviço público. Entretanto, desde o início ela tem suscitado polêmicas e críticas, mesmo entre defensores de uma agenda neoliberal na gestão pública e, portanto, de mudanças na relação entre Estado e funcionários públicos.

Dentre as críticas que mais reverberam temos a possível precarização dos vínculos de trabalho do funcionalismo, o aumento exorbitante de cargos abertos à indicação de não-servidores e, portanto, à patronagem, e a possibilidade de se estabelecer relações contratuais pouco transparentes entre a iniciativa privada e o poder público, o que em outras circunstâncias já se mostrou base fértil para desvios de conduta e corrupção. Por essas razões, diversos grupos sociais têm reagido negativamente à PEC, de modo que, neste momento, não é certo que o governo conseguirá mobilizar efetivamente sua base para aprovar a matéria em plenário. Não está claro, inclusive, diante dos custos políticos implicados na aprovação de uma reforma de tal monta, por um lado, e da crescente rejeição popular ao presidente Bolsonaro, de outro, se haverá interesse do próprio governo em mobilizar esforços e recursos institucionais para a sua efetiva aprovação.

A PEC acaba de ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e agora seguirá para uma comissão especial, conforme a regra geral para a tramitação de projetos de emenda constitucional. Diante das incertezas sobre o comportamento dos parlamentares em relação à ela, a equipe do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) analisou as proposições sobre o funcionalismo público movimentadas na Câmara dos Deputados desde o início da atual legislatura, com o objetivo de entender como o assunto tem mobilizado a Casa nesse período.

De 2019 até a aprovação na CCJC identificamos 219 proposições com essa temática movimentadas na Casa. Vale ressaltar que apenas 36 diziam respeito à pandemia da Covid-19, facultando adaptações para o trabalho remoto, criando medidas de proteção ao trabalhador ou isentando de juros dívidas referentes a crédito consignado. Ou seja, os parlamentares se mantiveram interessados e engajados em diversos temas relativos ao funcionalismo público, mesmo naqueles que não tinham relação direta com a pandemia da Covid-19.

Uma análise dos aspectos mais relevantes dessa proposições indica a prevalência dos temas “fiscalização e controle”, com propostas que tratam de medidas de combate à corrupção e melhoria nos serviços públicos, “vencimentos”, que reúne projetos relativos à remuneração, e “categorias específicas”, que regulam atividades e remuneração de grupos específicos de servidores, a exemplo dos servidores policiais — objeto de 15 proposições movimentadas sobre funcionalismo na Câmara.

É importante ressaltar que das 219 proposições legislativas movimentadas, 130 (cerca de 60%) foram apresentadas por deputados e deputadas eleitos(as) em 2018, filiados a 10 partidos diferentes, três dos quais do campo da esquerda (PT, PDT e PSB, com destaque para o PT) e 7 da centro-direita e direita (DEM, PSL, PR, PP, PSD, MDB e PSDB, com destaque para o PSDB e o PSL). Ou seja, são projetos que manifestam perspectivas ideologicamente distintas do serviço público.

Embora seja baixa a taxa de aprovação dessas proposições na atual legislatura, o atual estado de coisas é produto do interesse deste parlamento no tema, mas também da força do sindicalismo do serviço público, que, a despeito da proposta reformadora de caráter restritivo do Planalto, mantém alguns partidos da Câmara mobilizados na defesa dos servidores.

É certo que a presidência da Câmara nas mãos de Arthur Lira (PP), aliado de Bolsonaro, é fator que facilita a tramitação da agenda governamental sobre o funcionalismo. Mas o quadro acima exposto, de movimentação significativa de proposições, de origem partidária e temas diversos, corrobora a análise inicial de que, no debate sobre a PEC da reforma administrativa, o Planalto terá de negociar com um amplo leque de interesses e visões para que tenha alguma chance de sucesso. A demora de mais de 100 dias na tramitação do projeto na CCJC é indicativa de que esse caminho pode ser mais difícil do que o esperado pelo governo.